

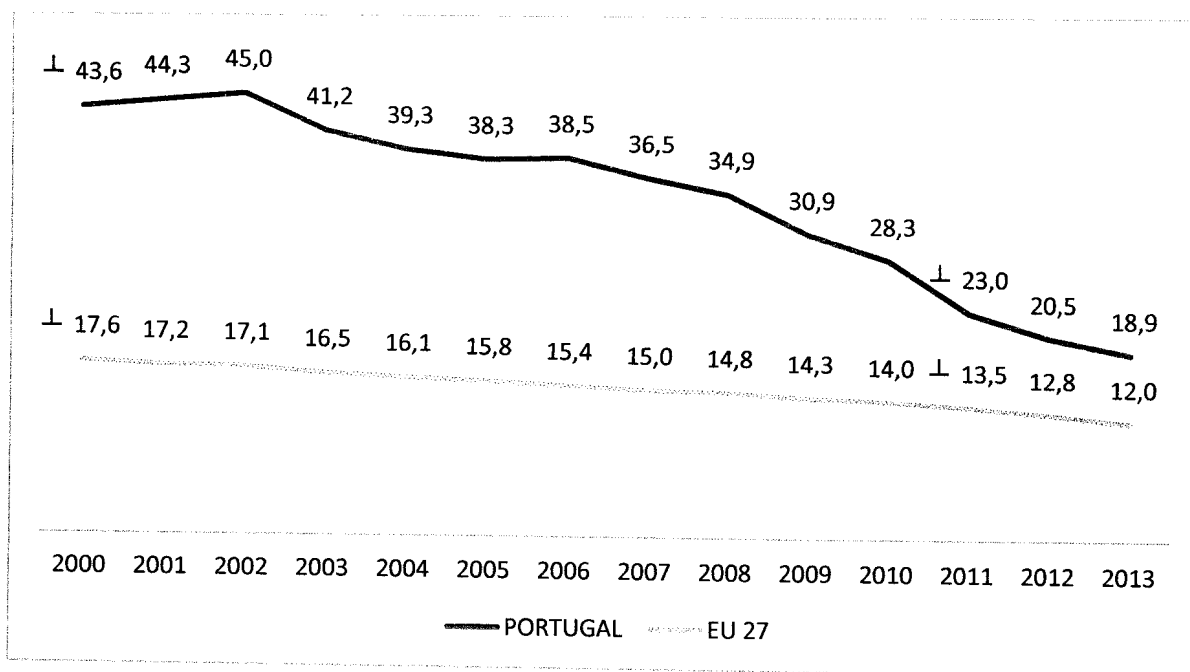
Propostas da Cáritas no âmbito da Pobreza Infantil

1. UNICEF – (Integrar) Criar uma **Estratégia Nacional para a Erradicação da Pobreza Infantil** centrada nos direitos da criança, que adopte uma abordagem multidimensional e promova uma intervenção integrada e coordenada das várias áreas sectoriais (saúde, educação, serviços de segurança social, emprego, finanças), definindo metas e objectivos concretos (ver recomendação 6);
2. Assegurar as duas dimensões previstas na Comunicação *“Investir nas crianças para quebrar o ciclo vicioso da desigualdade”*: assegurar acesso a **recursos adequados e acesso a serviços de qualidade**; bem como a **criação de oportunidades para as crianças participarem nos assuntos que lhes dizem respeito**;
3. **Manter um foco particular nas crianças em maior risco de pobreza**, nomeadamente as crianças: institucionalizadas (a viver ou saídas de); de origem estrangeira, pertencente a minorias ou refugiadas; com algum tipo de incapacidade; que viva numa família monoparental; a crescer em famílias com baixo rendimento;
4. **Reduzir o time gap dos dados** referentes ao indicador combinado que avalia o objetivo 5 Lutar contra a Pobreza e Exclusão Social, como acontece, por exemplo, com o indicador para o emprego, **e subdividir este indicador** em indicadores concretos relacionados com a pobreza infantil. Esta informação deveria servir para a definição de políticas baseadas em evidências;
5. **Medir o impacto das políticas** (considerando 10 da CSR 215) através de uma avaliação independente ao sistema de protecção do emprego, alargando-a à área da Pobreza e Exclusão Social, e criando uma unidade de avaliação (ex ante e ex post) alargando a recomendação 8 à área da Pobreza e Exclusão Social (possível observatório ou comissão de coordenação);

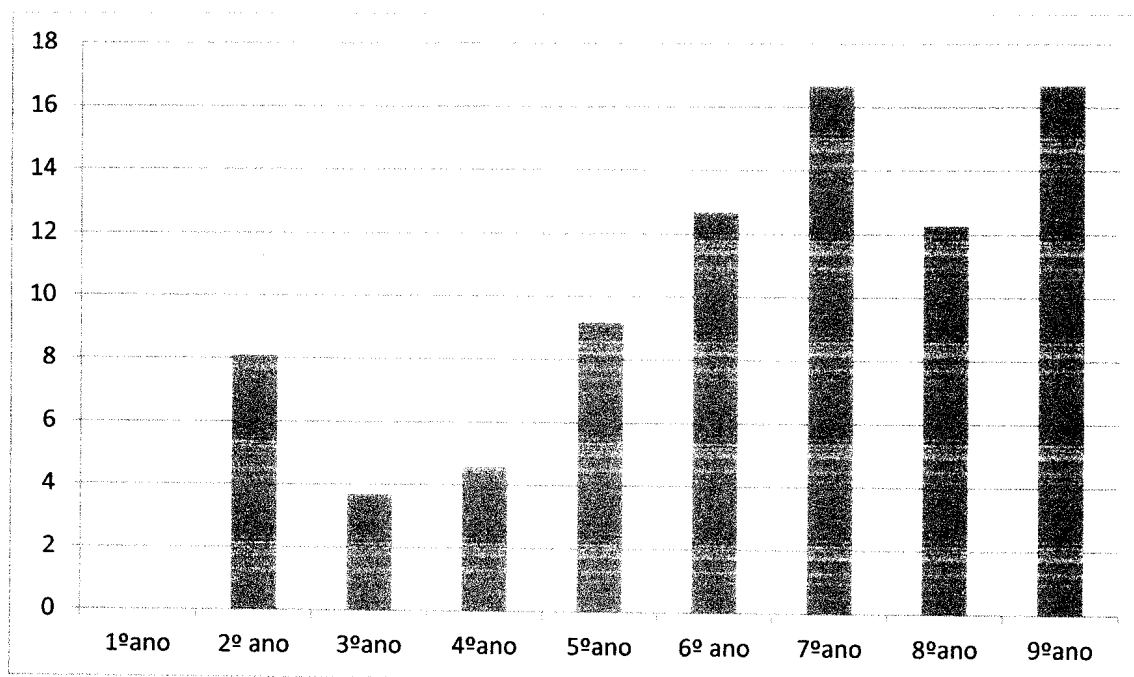
6. **Definir metas anuais** das políticas programas integrados nos Programas Nacionais de Reforma, em particular uma subdivisão dos indicadores referentes às várias análises de pobreza – neste caso concreto, a pobreza infantil;
7. **Dar maior visibilidade** aos programas direcionados às famílias em situação de pobreza no quadro financeiro plurianual 2014-2020);
8. **Envolver a sociedade civil** através de uma parceria de combate à pobreza infantil que envolva as fases de preparação, planeamento, monitorização implementação e avaliação das medidas e programas específicos (quer numa base global, quer numa base específica). Este processo deveria ser obrigatório na implementação da estratégia 2020 e a Comissão Europeia deveria clarificar qual o papel da Sociedade Civil;
9. **Promover a aprendizagem mútua e a troca de informação** de forma a promover uma abordagem mais efetiva de combate à pobreza infantil (exemplo: a Plataforma Europeia de Combate à Pobreza e Exclusão Social e a Plataforma Europeia de Combate à Pobreza Infantil http://europa.eu/epic/index_en.htm).
10. Iniciar uma discussão estruturada sobre a possibilidade de aprofundar uma **União Europeia Social**, em particular nos aspetos definidos na Comunicação da Comissão sobre Inclusão Ativa.

Taxa de abandono Escolar precoce

A taxa de abandono precoce de educação e formação é a percentagem de pessoas entre os 18 e os 24 anos que deixou de estudar sem ter completado o secundário.

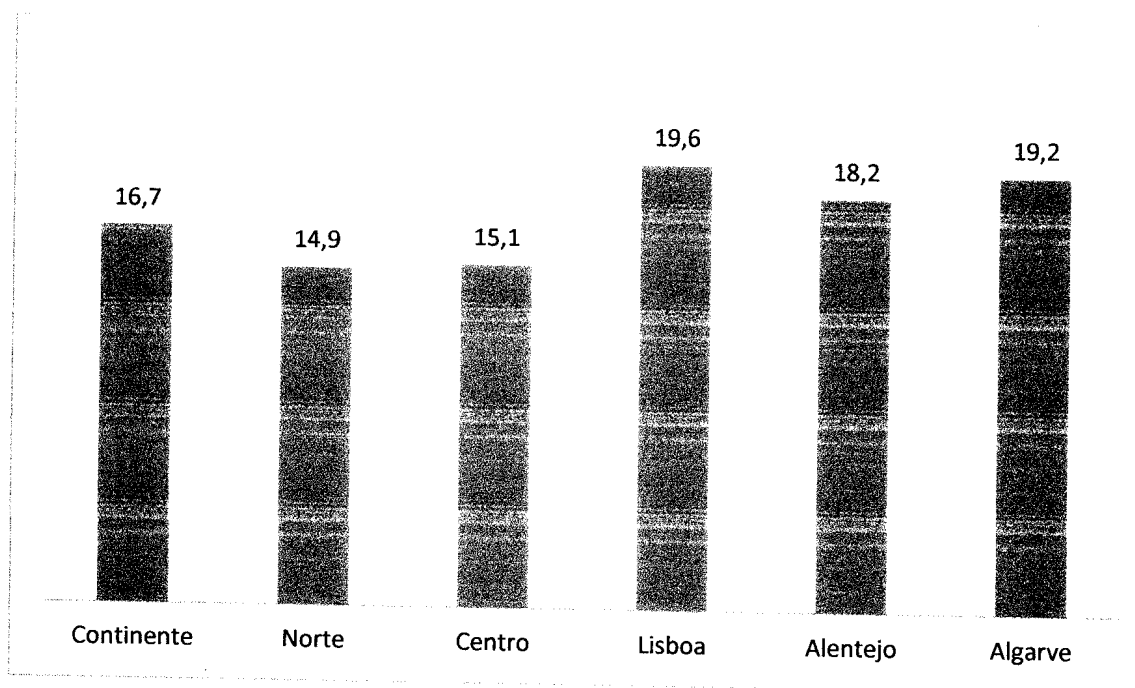


Taxa de Retenção/Desistência segundo o ano do Ensino Básico 2011/2012



Fonte : Ministério da Educação , DGEEC , Estatísticas

Taxas (%) de Retenção /Desistências no 9ºano por NUT I em 2011/2012



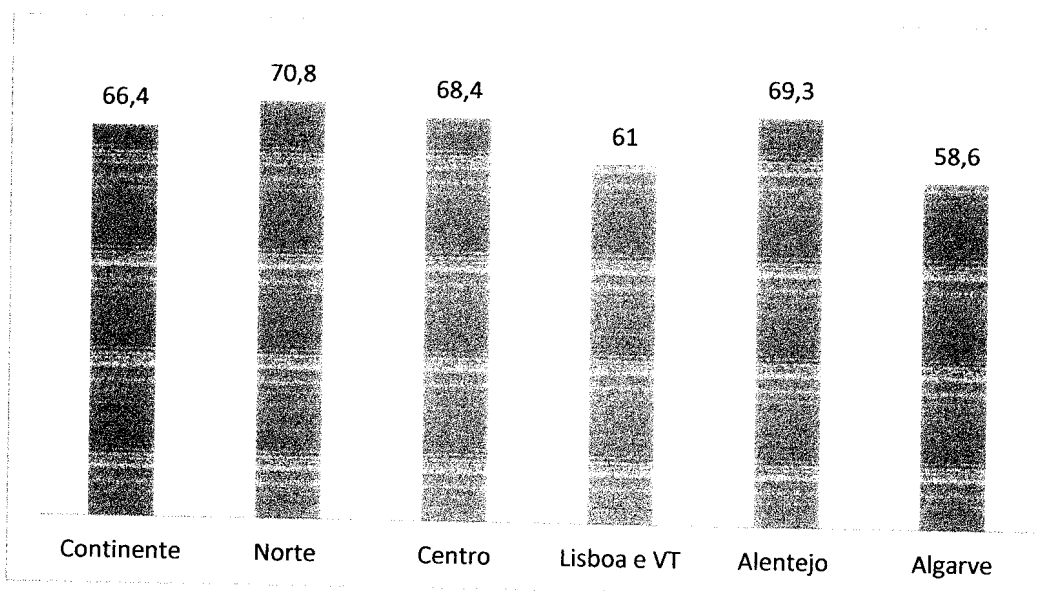
Fonte : Ministério da Educação , DGEEC , Estatísticas

Maiores e Menores Taxas de Retenção/Desistências do Ensino Básico e 9ºano por Concelhos

Ensino Básico		9ºAno	
Maiores Taxas %	Menores Taxas %	Maiores Taxas %	Menores Taxas %
Mourão 20,2	Arronches 1,8	Pampilhosa da Serra 53,3	Alvito 0
Pampilhosa da Serra 18,4	Terras do Bouro 2,9	Freixo Espada à Cinta 50,0	Terras do Bouro 1,4
Aljezur 18,3	Esposende 3,7	Vinhais 44,0	Castro Verde 1,7
Moura 18,1	Caminha 4,0	Mora 43,9	Caminha 2,4
Murtosa 18,0	Moimenta da Beira 4,3	Aguiar da Beira 42,6	Moimenta da Beira 2,6
Penamacor 17,4	Lamego 5,0	Sabrosa 40,0	Monção 3,8
Idanha a Nova 17,3	Vila Real 5,1	Aljezur 39,6	Penedono 3,8
Serpa 15,9	Sátão 5,1	Castanheira de Pera 37,6	Mortágua 3,9
Tabuaço 15,9	Oleiros 5,2	Baião 36,5	Murça 4,3
Amadora 15,9	Amarante 5,4	Vimioso 36,4	Ferreira do Alentejo 5,0
Macedo de Cavaleiros 15,7	Santa Marta de P e São João da M. 5,4	Vila do Bispo 36,1	Vila Flor 6,1

Fonte : Ministério da Educação, DGEEC

Taxas de Transição/Conclusões do Ensino Secundário 2011-2012- NUT1



Fonte: Ministério da Educação, DGEEC

TAXAS DE Retenções/Desistências do Ensino Secundário - Concelhos

2011/2012

Concelhos com Taxas Maiores %		Concelhos com Taxas Menores %	
Mogadouro	36,0	Golegã	6,3
Amadora	33,5	Crato	7,3
Portel	33,3	Monção	7,8
Vinhais	33,3	Pampilhosa da Serra	8,6
Caminha	33,1	Cinfães	10,1
Miranda do Douro	31,4	Mortágua	11,1
Penamacor	31,3	São Pedro do Sul	11,1
Bombarral	31,0	Penalva do Castelo	11,2
Campo Maior	30,5	Carraceda de Ansiães	11,4
Vila do Rei	30,0	Soure	11,6

Fonte : Ministério da Educação , DGEEC